



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Glaciara Riva

**Constantina, RS, Brasil
2009**

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

por

Glaciara Riva

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof^a Mestre Tatiana Valéria Trevisan

Constantina, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

elaborada por
Glaciara Riva

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Tatiana Valéria Trevisam, Me (FAMES)
(Presidente/Orientador)

Maiane Liana Hatschbach Ourique, Me (UFSM)

Cristiane Ludwig, Me (UFSM)

Constantina, 08 de agosto de 2009.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

AUTORA: GLACIARA RIVA

ORIENTADORA: TATIANA VALÉRIA TREVISAN

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 08 de agosto de 2009.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que muito tem a contribuir para o desenvolvimento social do nosso país. Para tanto, ela precisa ser amplamente disseminada e respeitada pelas suas particularidades. Oportunizando os educandos que dela participem, a disporem de mais chances no concorrido mercado de trabalho, além de se tornarem sujeitos realmente participativos e atuantes na sociedade em que vivem. Para a valorização efetiva da educação de jovens e adultos num contexto geral, é preciso que as políticas públicas sejam ampliadas, mas que, principalmente, as escolas e os educadores cumpram seus papéis. Nessa perspectiva, podemos destacar, a importância da garantia ao acesso e permanência do educando na escola, partindo do Regimento Escolar e do Projeto Político-Pedagógico que visem a construção do conhecimento com adequação curricular, respeitando a sua realidade e buscando a interação social e a construção da cidadania. A monografia está organizada em capítulos, inicialmente apresenta-se a introdução e após a revisão de literatura. Nesta, aborda-se um breve relato da história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, destacando a legislação, as práticas e reflexões em relação ao processo, a pedagogia utilizada e uma análise crítica dos Regimentos e Projetos Político-Pedagógicos das Escolas do Município que atendem a modalidade. Nesse sentido, pode-se perceber que, nas escolas analisadas, existe uma preocupação real para a oferta de Educação de Jovens e Adultos com qualidade, respeitando os princípios básicos da mesma.

Palavras-chave: educação; processo pedagógico; jovens; adultos; educador.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

YOUTH AND ADULTS EDUCATION.

AUTHOR: GLACIARA RIVA

LEADER: TATIANA VALÉRIA TREVISAN

DATE AND PLACE: CONSTANTINA/RS, AUGUST 8th 2009.

The adult and youth education is one method of teaching which has much to contribute to the social development of our country. For this, it must be widely disseminated and respected by their peculiarities. Nurture students who participate, to have more chances in the competitive labor market, and become subject really active and participative in the society in which they live. For the valorization of effective education for young people and adults in a general context, we need public policies will be expanded, but, especially, schools and educators satisfy their roles. From this perspective, we highlight the importance of ensuring access to and retention of students in school, from the School Rules and the Political Pedagogical Project aimed at the construction of knowledge with appropriate curriculum, while respecting the reality and looking for the social interaction and construction of citizenship. The monograph is organized into chapters, originally presented to the introduction and after the review of literature. In this, a approach a short account of the history of adult and youth education in Brazil, highlighting the legislation, practices and reflections on the process, the pedagogy used and a critical analysis of the Rules and Projects School of Educational Policy of the City that meet this modality'. In this way, we can see that in the schools examined, there is a real concern for the provision of adult and youth education with quality, respecting the basic principles of it.

KEYWORDS: Education, pedagogical Process, Youth, Adults, Educator.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REVISÃO DE LITERATURA	8
2.1 Educação de jovens e adultos no Brasil	8
2.2 Educação de jovens e adultos: práticas e reflexões.....	12
2.3 A pedagogia da educação de jovens e adultos	13
2.4 A legislação da educação de jovens e adultos no país	16
2.5 Regimentos e projetos político-pedagógicos: uma análise crítica.....	19
2.5.1 Regimento escolar e Projeto político-pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha	19
2.5.2 Regimento escolar e Projeto político-pedagógico da Escola Estadual de Ensino Médio São José.....	23
3 METODOLOGIA	26
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

Os Jovens e Adultos trabalhadores de classes populares lutam para superar suas condições de vida: moradia, saúde, alimentação, transporte e emprego. Fatores estes que se apresentam na base do problema do analfabetismo (GADOTTI, 2000). Partindo desta análise, deseja-se discutir alguns pontos relevantes em relação à Educação de Jovens e Adultos.

Atualmente, está cada vez mais freqüente perceber que as pessoas que não tiveram oportunidade de estudar desde a infância ou, que por algum motivo, abandonaram a escola antes de terminar a Educação Básica, procuram as instituições de ensino para completar seus estudos. Aquele que não sabe ler e escrever busca a alfabetização, os que já possuem esta habilidade, desejam adquirir outros saberes e, conseqüentemente, diploma, para que tenha mais chances no, concorrido, mercado de trabalho. Além disso, sentir-se um cidadão, mais, atuante na sociedade em que vive.

Em decorrência disso, necessariamente, precisa haver maior preocupação com relação à educação de adultos, já que estes possuem muita experiência de vida e um significativo conhecimento acumulado no decorrer do tempo. No momento atual, o governo desenvolve diversos programas de incentivo a alfabetização e educação de jovens e adultos. Porém não é o suficiente para atingir o amplo objetivo que essa modalidade de ensino se propõe. Tal princípio, levando em consideração os pilares da educação, aprender a ser, a conhecer, a fazer e a conviver (RELATÓRIO DELORS, 1999).

Considerar a heterogeneidade do público jovem e adulto, seus interesses, identidades, preocupações, necessidades, expectativas em relação à escola, suas habilidades e vivências, torna-se importante para a construção de uma proposta pedagógica direcionada. Fundamental é perceber, que esse sujeito necessita de conteúdos que façam sentido e tenham significado. Além de elementos concretos para sua formação, o que os instrumentalizarão para uma intervenção significativa na realidade.

Portanto, em tal perspectiva, esse estudo monográfico tem por finalidade refletir sobre o processo pedagógico do educador que atua na Educação de Jovens

e Adultos. Dessa forma, analisando os materiais didáticos utilizados, a legislação vigente da área, além, é claro, do pensamento dos autores que fundamentam a temática.

Este estudo monográfico guiou-se pelo seguinte Objetivo Geral:

- Refletir o processo pedagógico da Educação de Jovens e Adultos. Dessa forma, analisando o histórico desta modalidade, especialmente no Brasil, a legislação vigente da área, além, é claro, do pensamento dos autores que fundamentam a temática.

Também, foram delineados os Objetivos Específicos:

- Conceituar os princípios pedagógicos da modalidade de ensino na Educação de Jovens e Adultos;

- Contribuir para um repensar pedagógico do educador atuante nas classes de EJA;

- Refletir o currículo e a metodologia trabalhados atualmente na Educação de Jovens e Adultos;

- Analisar o material proposto no Regimento Escolar e no Projeto Político Pedagógico como subsídios na preparação das aulas relacionando-a aos objetivos da educação de jovens e Adultos;

- Repensar as práticas pedagógicas a partir da legislação e no pensamento pedagógico vigente, considerando o diferencial desta modalidade.

O presente estudo tem como referenciais a Pesquisa Documental e Pesquisa Bibliográfica, realizando a análise de obras dos autores e da legislação que fundamenta o assunto. A pesquisa bibliográfica consiste no estudo das teorias de Freire, Fuck, Ferreiro, Gadotti, Haddad, Di Piero, entre outros, possibilitando, assim, construir um alicerce para a fundamentação teórica referente à prática pedagógica utilizada na educação de jovens e adultos e a forma didático-pedagógica de como são trabalhados os conteúdos nesta modalidade.

A pesquisa documental utilizará os Regimentos e Projetos Políticos Pedagógicos de Escolas do Município de Constantina que atendem turmas de EJA.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Educação de jovens e adultos no Brasil

As ações em EJA datam do período colonial, quando os Jesuítas transmitiam princípios religiosos e ensinavam ofícios aos indígenas e, mais tarde, aos escravos. No Império, a Constituição de 1824, garantiu instrução primária para todos os cidadãos. No entanto, não passou de intenção constitucional.

Na Constituição de 1934, apareciam textos normativos mencionando a necessidade de oferecer educação aos adultos. Porém, apenas na década de 40 e 50, que o estado realizou ações concretas, possibilitando a escolarização dos excluídos da escola. Convém, aqui, destacar algumas destas iniciativas: em 1942, houve a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário; Serviços de Educação de Adultos e Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947; Campanha de Educação Rural, em 1952; e Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958.

Nos anos 40 do século passado, a Educação de Adultos era entendida como uma extensão da escola formal. Já na década de 50, a Educação de Adultos era entendida como uma educação de base, com desenvolvimento comunitário. Com isso, surgem, no final dos anos 50, duas tendências significativas na Educação de Adultos: a Educação de Adultos entendida como uma educação libertadora (conscientizadora), teorizada por Paulo Freire e a Educação de Adultos, entendida como educação funcional (profissional).

Nos anos 70, essas duas correntes continuaram a ser entendidas como Educação não-formal. Com isso, desenvolve-se no Brasil o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), propondo princípios opostos aos de Paulo Freire. A primordial preocupação do MOBRAL era, tão somente, fazer com que os seus alunos aprendessem a ler e a escrever. Sem, nenhuma, preocupação maior com a formação do homem. Em 1978 o MOBRAL atendeu quase dois milhões de pessoas, atingindo um total de 2.251 municípios em todo o país. Mas a recessão econômica a partir dos anos 80 veio para inviabilizar o MOBRAL. Este que sugava da nação altos

recursos para se manter ativo, onde seus Programas foram incorporados, mais tarde, pela Fundação Educar.

A Lei de Reforma nº 5.692/71, atribui um capítulo para o ensino supletivo e recomenda aos Estados atender jovens e adultos. O passo seguinte, foi dado, pelo MEC quando instituiu um grupo de trabalho para definir a política do Ensino Supletivo e propor as bases doutrinárias de Valmir Chagas. Segundo Soares (2002), o Parecer nº 699/72, do conselheiro, estabeleceu a doutrina para o ensino supletivo. Os exames supletivos passaram a ser, assim, organizados de forma centralizada pelos governos estaduais.

A estrutura de Ensino Supletivo, após a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1971, seguiu a orientação expressa na legislação de procurar suprir a escolarização regular daqueles que não tiveram oportunidade anteriormente na idade própria. As formas iniciais de atendimento a essa prerrogativa foram os exames e os cursos.

A Fundação Educar foi criada em 1985 e, diferentemente do Mobral, passou a fazer parte do Ministério da Educação. A Fundação exercia a supervisão e o acompanhamento junto às instituições e secretarias que recebiam os recursos transferidos para execução de seus programas. Essa política teve curta duração. Pois em 1990, ano Internacional da Alfabetização, em lugar de se tomar a alfabetização como prioridade, o governo extinguiu a Fundação Educar, não criando nenhuma outra que assumisse suas funções. A partir daí, o Governo federal se ausenta enquanto articulador e indutor de uma política de alfabetização de jovens e adultos no país.

Segundo Soares (apud HADDAD, 1991), durante o período entre 1964 e 1985, foi revelado que o Estado procurava introduzir a utilização de tecnologias como meio de solução para os problemas da Educação. Ainda, conforme o autor, o Estado se propunha a oferecer uma educação de massas, a custos baixos, com perspectiva de democratizar oportunidades educacionais. Dessa forma, "elevando" o nível cultural da população, nível este, que vinha perdendo qualidade pelo crescimento do nº de pessoas, segundo sua visão.

Com o fechamento da Fundação Educar, em 1990, o Governo Federal ausenta-se desse cenário educacional. Dessa forma, houve um esvaziamento constatado pela inexistência de um órgão ou setor do Ministério da Educação voltado para esse tipo de modalidade de ensino.

Com a ausência do Governo federal em atender a esta necessidade, os municípios iniciam ou ampliam a oferta de educação para jovens e adultos. No início dos anos 90, surgiu o MOVA – Movimento de Alfabetização – com uma nova configuração, que procurava envolver o Poder Público e as iniciativas da sociedade civil. Os MOVAs se multiplicaram como uma marca das administrações ditas, populares, tendo o ideário dessa educação como princípio de sua atuação: o ‘olhar’ diferenciado sobre os sujeitos da alfabetização; elaborar a proposta a partir do contexto sociocultural dos sujeitos; os sujeitos como co-partícipes do processo de formação. Portanto, é característico do MOVA o vínculo Estado-sociedade, enquanto gestores de uma política pública de alfabetização e a associação entre educação e cultura como bases dessa política.

Em 1993, o MEC dá início à elaboração do plano de Educação para Todos, atendendo jovens e adultos analfabetos. Para isso seriam mobilizadas as administrações estaduais e municipais, também instituições como SESI, SENAC, SENAI e ONGs.

Em 1996, foi lançado o Programa Alfabetização Solidária, em um evento nacional de Educação de Jovens e Adultos, como etapa preparatória para a V CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos. O lançamento do PAS causou um frisson entre os participantes do Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, por reeditar práticas consideradas superadas por pesquisadores e estudiosos da alfabetização. O PAS propunha uma ação conjunta entre Governo federal, empresas, administrações municipais e universidades. O formato do Programa atraiu críticas de pesquisadores (HADDAD, 2000; DI PIERRO, 2001) por se tratar de um programa aligeirado, com alfabetizadores semi-preparados. Os Quais reforçavam a idéia de que qualquer um sabe ensinar, e com forte ênfase, na relação de submissão entre o Norte-Nordeste (subdesenvolvido) e o Sul-Sudeste (desenvolvido). Com a permanente campanha – adote um analfabeto – o PAS tem contribuído com a imagem que se faz de que quem não sabe ler e escrever como uma pessoa incapaz, passiva de adoção, de ajuda, de uma ação assistencialista diferentemente de um sujeito de direito.

Em 1997, os continentes organizaram-se na V Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos – V CONFINTEA, em Hamburgo, na Alemanha, está conferência definiu vários caminhos aos quais os países deveriam se propor a concretizar na década seguinte.

A mobilização para os encontros estaduais trouxe no bojo a articulação daqueles que se envolviam com a EJA, impulsionando o surgimento de Fóruns de EJA por todo o Brasil, a começar pelo Rio de Janeiro em 1997, formando o que vem sendo chamado de rede dos Fóruns. Os Fóruns Estaduais, por sua vez, incentivaram o surgimento dos Fóruns Regionais, que era parte do processo de interiorização e descentralização dos Fóruns Estaduais (Soares, 2004), de modo a fortalecer a elaboração de políticas para o campo da EJA. As discussões dos Fóruns Estaduais e Regionais ampliam-se e reforçam-se nos ENEJAs. Os Encontros Nacionais catalisavam as demandas da EJA, em nível nacional, no intuito de buscar junto ao Ministério da Educação, o comprometimento com a oferta e a qualidade dessa modalidade de educação.

Outras iniciativas não se encontram no âmbito do Ministério da Educação, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e o de Qualificação Profissional, coordenado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, que responde pela formação dos trabalhadores rurais e urbanos.

O Programa Brasil Alfabetizado, lançado em 2003 pela Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, trouxe, novamente, ao debate o formato do programa de alfabetização e suas condições de operacionalização. A fim de abarcar estudantes pobres de 16 a 24 anos, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica instituiu reserva e vagas, no ensino médio, para jovens e adultos visando a qualificação técnico-profissional. (Di PIERRO, 2005, p. 129).

2.2 Educação de jovens e adultos: práticas e reflexões

A educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexões que, inevitavelmente, transborda os limites da escolarização em sentido escrito. Em seu contexto, estão incluídos, processos formativos diversos que visam a qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e muitas outras questões culturais pautadas em espaço escolar ou não.

Como já foi exposto, anteriormente, o analfabetismo, por exemplo, transcende as questões somente relacionadas ao fato de não decifrar o código da leitura e escrita, mas de estar incluído num quadro de exclusão cultural e social.

O analfabetismo é a expressão da pobreza, conseqüentemente inevitável de uma estrutura social injusta. Seria ingênuo combatê-la sem combater suas causas. É preciso que se conheçam as condições de vida do analfabeto (salário, emprego, moradia, história de seu grupo, lutas, organização, habilidade, conhecimento), enfim que se conheça a sua cultura.

O governo vem desenvolvendo diversas ações para assegurar a garantia de ensino fundamental a todos os que não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade. Assim, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos a partida desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básico da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial da constituição brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos.

Apesar de todas essas propostas a UNESCO mostra, através de dados, que o número de analfabetos no mundo tem aumentado e o Brasil não deixa de estar participando dessas estatísticas e pouco tem feito para mudar esse quadro.

Muito desse fracasso se explica pela concepção pedagógica e os problemas metodológicos que são trabalhados na EJA.

A EJA não deve ser uma reposição da escolaridade perdida, como normalmente se configuram os cursos acelerados nos modelos que tem sido o ensino supletivo e, até mesmo algumas Totalidades de Ensino desta modalidade. Deve, sim, construir uma identidade própria. Proporcionar o aumento da qualidade

de ensino e propiciar a terminalidade e acesso à certificados equivalentes ao ensino regular.

2.3 A pedagogia da educação de jovens e adultos

Alfabetização é a aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente à sociedade global (FREIRE, 1996, p. 59).

Tendo em vista, todos os estudos realizados, ainda hoje, a alfabetização tem sido considerada por muitos como o processo de aquisição do código alfabético, em que a escrita representa a transcrição dos sons em fonemas. Esta concepção de alfabetização supõe que o aluno não possui qualquer conhecimento e, por isso, apenas recebe as informações transmitidas pelo professor que é quem detém o conhecimento, algo estático e imutável.

Porém, a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, sendo ajustada pelo educador. Esta é a razão pela qual procura-se, cada vez mais, inovar os métodos e intensificar a idéia de que o sujeito da aprendizagem é o aluno. Por essa razão, não acredita-se nas cartilhas que pretendem fazer uma montagem de sinalização gráfica como uma doação e que reduzem o analfabeto mais à condição de objeto de alfabetização do que de sujeito da mesma (FREIRE, 1985).

Ferreiro (1999) aponta para a necessidade de considerar o aluno como sujeito da própria alfabetização, o qual interage com o objeto - a linguagem escrita - e passa a compreendê-la através de sua ação sobre ela. O adulto não é apenas um espectador que ouve o que os outros têm a dizer. Ele participa efetivamente no processo de construção do conhecimento.

A Educação de Jovens e Adultos deve ser sempre uma educação multicultural, uma educação que desenvolva o conhecimento e a integração na

diversidade cultural, livre de qualquer tipo de preconceito e buscando sempre uma educação de qualidade.

Essa reflexão leva a buscar novas metodologias, adequadas à realidade do educando, não seguindo a padronização da cartilha que reduz o aprendizado a símbolos pré-determinados e que não condizem com o contexto: as cartilhas não consideram a peculiar lógica do desenvolvimento cognitivo do aluno, apoiando-se tão-somente na lógica do sistema de escrita de ensinar (FUCK, 1994).

A Educação de Jovens e Adultos, especialmente no Brasil, é permeada por uma ação de trabalho inspirada no método Paulo Freire.

O foco principal do pensamento pedagógico de Paulo Freire é a alfabetização de adultos. Esta, entendida enquanto desenvolvimento da capacidade crítica de compreender sua realidade, elaborar sua identidade e adquirir conhecimentos necessários à sua intervenção transformadora. Trata-se de um processo que visa a formação de pessoas, por meio do diálogo, em torno de símbolos e significados da vida cotidiana, tornando-se conscientes da história que vivem e fazendo-se sujeitos dela.

A alfabetização e a educação de adultos deveriam partir sempre de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los. "Uma educação que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção".(FREIRE, 1985, p.59).

Paulo Freire considerava importante que o educando, além de se conhecer, deveria também conhecer os problemas sociais que faziam parte do seu cotidiano. Não via a educação limitada à escolarização, mas falava da necessidade de estimular o engajamento no todo social.

No dizer de Freire:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres "vazios" a quem o mundo "encha" de conteúdos; não pode basear-se numa consciência espacializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como "corpos conscientes" e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 2002, p.67).

Tomando o educando como sujeito de sua aprendizagem, Freire propunha uma ação educativa que não negasse sua cultura. Mas que fosse transformando através do diálogo, questionando e criticando a educação chamada por ele de bancária trabalhada na época. Ele referia-se a uma consciência ingênua ou intransitiva. A qual seria herdada de uma sociedade fechada, agrária e oligárquica, que deveria ser transformada em consciência crítica, necessária ao engajamento ativo no desenvolvimento político e econômico da nação.

Para Paulo Freire:

(...) ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. (...) nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito dói processo. Só assim podemos falar realmente do saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, apreendido pelos educandos. (FREIRE, 2004, p. 26).

Partindo dos argumentos e propostas de Paulo Freire, acerca da educação principalmente a dos jovens e adultos, o papel do educador é fundamental pra uma educação realmente de qualidade e que respeite as singularidades desta modalidade. Tem o papel de mediar a aprendizagem, valorizando todo o conhecimento de mundo que o educando já possui e incentivando-o a transpor esse conhecimento para o "conhecimento letrado".

O que existe de mais atual e inovador nas idéias de Freire, é relação entre a construção dos processos de aprendizagem da leitura e da escrita e o processo de politização. O alfabetizando é desafiado a refletir sobre o seu papel enquanto aprende a escrever a palavra sociedade; é desafiado a repensar sua história enquanto aprende a escrever a palavra história. Essa reflexão tem por objetivo promover a superação da consciência mágica – para a consciência crítica.

É muito importante, também, garantir que o educando da EJA tenha uma educação de qualidade, que respeite questões referentes à sua faixa etária, cultura, escolarização, realidade social, enfim, nas expectativas observadas e nas representações de mundo que trazem de suas vivências. Afinal todo esse universo de informações vai constituir o perfil dos alunos, seus conhecimentos prévios, suas

expectativas, tornando-se um dos materiais fundamentais para que a equipe de professores possa ir planejando sua ação. É muito importante que o professor esteja atento à utilização dos dados que demonstrem os interesses dos alunos, para desenvolver suas atividades de forma mais significativa.

Partindo disso, das reais necessidades dos educandos, é que o currículo deve ser organizado, bem como, os assuntos a serem trabalhados, definidos, e o material didático organizado.

Aos que constroem juntos o mundo humano (trabalhadores), compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe direção. Dizer a sua palavra equivale a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores – o povo (FREIRE, 2002).

2.4 A legislação da educação de jovens e adultos no país

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino fundamental e médio muito importante, que oportuniza a jovens e adultos iniciar e/ou dar continuidade aos seus estudos.

A Constituição de 1988, em seu art. 208, inciso I, garante o acesso ao ensino fundamental gratuito, inclusive àqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria. Essa indicação constitucional determina, portanto, o dever do Estado de promover a educação de jovens e adultos.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases definiu que a educação de jovens e adultos deveria atender aos interesses e às necessidades de indivíduos que já tinham uma determinada experiência de vida, participam do mundo do trabalho e, portanto, com uma formação bastante diferenciada das crianças e adolescentes aos quais se destina o ensino regular. Nesse sentido, passou a ser compreendida como educação contínua e permanente.

A Lei Nº 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo na Sessão V- Capítulo II, especificamente a Educação de Jovens e Adultos:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

A nova Lei destaca a integração da EJA à Educação Básica - observada a sua especificidade. Garantiu a flexibilidade da organização do ensino básico, inclusive a aceleração de estudos e a avaliação de aprendizagens extra-escolares, entre outras, estabeleceu as idades de 15 e 18 anos para o ensino fundamental e médio. O texto, ainda, reafirma o direito da população jovem e adulta ao ensino básico adequado às suas condições peculiares de estudo, e, também, prevê o seu oferecimento gratuito na forma de cursos e exames supletivos.

Nessa ordem, a diminuição do papel do Estado nas políticas educativas voltadas aos jovens e adultos brasileiros também se faz presente na instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF, conforme consta na Lei 9424/96. A modalidade de ensino EJA não foi considerada nos cálculos de alunos das redes municipal e estadual do ensino fundamental, com a justificativa de temor que os cursos supletivos pudessem se expandir fortemente, e tal expansão, poderia não ser acompanhada de qualidade na educação oferecida.

Em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jonthien, na Tailândia, durante a qual se reforçou a necessidade de expansão e melhoria do atendimento público na escolarização de jovens e adultos. Propunha uma abordagem global do problema educacional no mundo Uma importante ampliação do conceito de educação básica e ações coordenadas em vários níveis. A Declaração de Jonthien deu destaque à educação de jovens e adultos, incluindo metas relativas à redução de taxas de analfabetismo, além da

expansão dos serviços de educação básica e capacitação aos jovens e adultos, com avaliação sobre seus impactos sociais.

O Conselho Nacional de Educação, em função da regulamentação da LDBEN n. 9.394/96, através do Parecer n. 11 de maio de 2000, reconhece a EJA como uma “dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola ou fora dela (...), em que a ausência de escolarização não pode e, nem deve, justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto (...)” (Parecer n. 11/00,CNE).

Considerando que, esta, é uma modalidade de ensino básico, nas etapas fundamental e média, é oferecida em cursos e exames, obedecendo a normas dos respectivos sistemas de ensino. No Rio Grande do Sul, o Conselho Estadual de Educação fixou as normas para oferta de EJA pelo Parecer n. 774/99 e Resolução n. 250, de 10 de novembro de 1999.

As Diretrizes propostas pelo Plano Nacional de Educação, relativas à Educação de Jovens e Adultos, revelam que:

As profundas transformações que vêm ocorrendo em escala mundial, em virtude do acelerado avanço científico e tecnológico e do fenômeno da globalização, têm implicações diretas nos valores culturais, na organização das rotinas individuais, nas relações sociais, na participação política, assim como, na reorganização do mundo do trabalho (Plano Nacional de Educação, lei n. 10.172/01).

O FUNDEB, que vem substituir o FUNDEF, inclui a EJA, a educação infantil e o ensino médio na divisão dos recursos federais para a educação. Este fundo foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Medida Provisória 339, de 29 de dezembro do mesmo ano. A portaria nº 04/2007, que normatiza o FUNDEB, diz que os recursos para a EJA, os quais começam a ser pagos este ano, serão distribuídos aos municípios mediante o número de matrículas presenciais e seguirá a seguinte ordem: inserção de um terço no primeiro ano, dois terços no segundo ano e a totalidade das matrículas a partir do terceiro ano de vigência dos Fundos.

2.5 Regimentos e projetos político-pedagógicos: uma análise crítica

A EJA é uma modalidade de educação, e segundo Jamil Cury, isso implica um modo próprio de fazê-la, indicando que as características dos sujeitos jovens e adultos, seus saberes e experiências do estar no mundo, são guias para a formação de propostas curriculares político-pedagógicas de atendimento (Parecer CNE nº. 11/2000).

Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001) apontam que os objetivos da formação de pessoas jovens e adultas não se restringem à compensação de uma escolarização mal sucedida no passado, mas às múltiplas necessidades formativas que essas pessoas têm no presente e terão no futuro. E, considerando tais necessidades e as especificidades desses jovens-adultos, as políticas de EJA devem ser necessariamente abrangentes, diversificadas e altamente flexíveis (op cit., p. 70).

Diante dessas perspectivas, analisa-se o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar das Escolas do Município de Constantina que atendem turma de EJA, Ensino Fundamental e Médio.

2.5.1 Regimento escolar e Projeto político-pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha

Em análise ao Projeto Político-Pedagógico, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha, destaca alguns pontos dos quais considera-se significativo, principalmente buscando a qualidade na proposta de Educação de Jovens e Adultos desta instituição.

A Escola se concebe no paradigma de Escola Cidadã, orientado e coordenado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Constantina, ainda no ano de 2002, onde a principal característica é a formação para a cidadania. Nesse sentido, a mesma trabalha a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. A partir desta concepção, a escola desenvolve sua prática, tendo em vista, atender às necessidades da criança, do jovem ou do adulto que precisa viver com dignidade em

uma sociedade do conhecimento e, para tanto, parte das necessidades da comunidade.

O Projeto Político-pedagógico aponta algumas particularidades, também, para o currículo. Este, que inclui disciplinas que valorizam a cultura e as necessidades locais, além daquelas propostas pela legislação. Diante dos elementos apontados pela comunidade escolar, houve uma reorganização curricular da Rede que aconteceu em vários aspectos de caráter estrutural, pedagógico e curricular. O que indica a preocupação da escola inteiramente voltada às necessidades educacionais da comunidade escolar, desta em específico.

Modificar uma estrutura curricular existente baseada em conteúdos programáticos institucionalizados e pré-estabelecidos é uma das marcas mais fortes da proposta, que se propõe utilizar uma metodologia de trabalho na concepção do Tema Gerador. Nessa premissa, os conteúdos das diversas áreas são levantados a partir das falas significativas coletadas junto aos alunos e à comunidade escolar, através da pesquisa participante. A Rede Temática construída com base nos elementos significativos das falas que contempla vários elementos pesquisados, servirão para elaborar a programação de cada disciplina, ou seja, a demanda dos conteúdos que serão desenvolvidos em sala de aula, nas diversas áreas do conhecimento.

O conhecimento científico tem um papel destacado e fundamental na transformação, entendimento e participação na realidade. O que se propõe é repensar a forma, a função dos conteúdos escolares, não como uma caixa compartimentada em disciplinas isoladas, fragmentadas, mas de uma forma que se tenha uma visão mais ampla das disciplinas, interligando temas levantados, interagindo com esses temas que são, com certeza, de interesse do aluno.

Também encontramos algumas considerações sobre Tema Gerador, no que consistem os efeitos positivos na prática pedagógica. Pois, de um modo geral, podemos dizer que eles trazem para a sala de aula e para a escola aspectos importantes da realidade, resgatam a tradição da Educação Popular, pois são extraídos da prática de vida concreta dessas classes. Partem da realidade do sujeito e das representações que este faz sobre aquela, o educando dá-se conta de que, aquilo que ele aprende possui um sentido e uma aplicação em sua vida e em sua prática social, marcando seu lugar de pertença à espécie humana como protagonista da história e da cultura. Além disso, possibilitam teorizar sobre a prática, o que

implica em ir além do aparente, já que os sujeitos falam, refletem e estudam criticamente a temática problematizada, buscando a essência dos fenômenos.

Faz-se necessário conhecer os sujeitos envolvidos no processo educativo, não no sentido fisionômico, mas entrar na vida das pessoas, conhecer suas condições de vida, suas relações familiares, sua condição sócio-econômica, seus anseios, o que esperam da escola, o que procuram quando vêm buscar novos conhecimentos na escola. Enfim, ter uma radiografia da comunidade escolar é imprescindível.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Cidadã concebe a avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento do aluno na perspectiva crítico-emancipatória: é processual e diagnóstica. Deve levar em conta os objetivos propostos no planejamento do professor e ser feita continuamente através de trabalhos individuais e em grupos, provas ou outros procedimentos pedagógicos, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, sempre.

A escola ainda propõe a participação dos pais, alunos e professores na elaboração anual dos princípios de convivência que norteiam os direitos e deveres que a comunidade escolar tem diante da escola, além disso, sugere formação continuada para os professores da Rede Municipal e a criação dos conselhos escolares, os quais incentivam a democratização na educação e a participação social.

No Projeto Político-pedagógico tanto professor quanto aluno tem seu papel bem definido e ambos buscam o pleno desenvolvimento das habilidades e competências do aluno, contemplando a formação total do indivíduo e a busca constante pelo conhecimento. Propõe ainda a sua constante avaliação e reformulação (caso for necessário), buscando melhorias e que este atenda a realidade local da escola e da sua comunidade escolar.

Avaliando o Regimento da Escola, percebemos a Educação de Jovens e Adultos coerente com a proposta da legislação vigente, o qual cita que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira LDB 9394/96, a Educação de Jovens e Adultos deve atender todos os jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. E que os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais

apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

A organização curricular da Educação de Jovens e Adultos será em Totalidades, sendo ao todo seis, ou seja, totalidades 1, 2, 3, 4, 5 e 6. Onde as Totalidades de Conhecimento 1, 2 e 3 correspondem ao processo de Alfabetização e caracterizam as séries iniciais do Ensino Fundamental e as Totalidades do Conhecimento 4, 5 e 6 correspondem ao processo de Pós – Alfabetização e caracterizam as séries finais do Ensino Fundamental. Ao concluir a totalidade 6, o educando terá concluído o Ensino Fundamental.

Aos componentes básicos das áreas de conhecimento, associados aos componentes complementares do currículo, é garantida a relativa paridade de carga horária semanal em todas as séries e também na Educação de Jovens e Adultos, segundo a legislação vigente, a realidade e as necessidades sociais locais. As áreas do conhecimento e as disciplinas escolares são concebidas em seu enfoque interdisciplinar, assegurando planos de estudo com diretrizes próprias e inter-relacionadas. Os quais são elaborados seguindo a rede temática elencada através da pesquisa participante.

Na Educação de Jovens e Adultos, a escola oferecerá um mínimo legal exigido de horas e dias letivos, podendo os educandos concluir em espaço de tempo próprio de aprendizagem, para as totalidades de alfabetização: 1, 2 e 3, 1.200 horas e para as Séries Finais do Ensino Fundamental Totalidades 4, 5 e 6, 3.200 horas.

O ingresso dos educandos nesta modalidade, dar-se-á de acordo com a legislação vigente, em qualquer das Totalidades, mediante apresentação de Histórico Escolar ou através de uma avaliação diagnóstica, feita pela equipe multidisciplinar, onde se buscará perceber as suas possibilidades de avançar no conjunto das áreas do saber.

O Plano de estudos é elaborado pelos professores em consonância com a Proposta Pedagógica da escola e aprovado pela mantenedora.

A avaliação do educando é registrada sistematicamente no Documento de Avaliação, através de anotações feitas pelo professor sobre avanços e dificuldades do aluno em termos de aprendizagens e atitudes, culminando trimestralmente com o registro da auto-avaliação do educando e da avaliação dos pais ou responsáveis em Conselho Participativo de Turma. Porém na Educação de Jovens e Adultos, a avaliação da aprendizagem é contínua e processual, os educandos avançam na

totalidade a qualquer momento, segundo seu desenvolvimento e avanços diante dos objetivos propostos pela totalidade.

A expressão dos resultados da avaliação é realizada inicialmente com uma autoavaliação do aluno e em Parecer Descritivo elaborado pelos professores.

O aproveitamento escolar será categorizado em: Promoção, Promoção com Apoio, Afastamento e Cancelamento.

Na Educação de Jovens e Adultos é exigida a frequência mínima de 75% do tempo de permanência do aluno na totalidade, sendo que existe o tempo da escola, porém sempre respeitando principalmente o tempo do educando.

Outro documento que especifica o funcionamento e Proposta de trabalho da EJA nesta escola é o plano de estudos, onde cada área do conhecimento propõe habilidades e competências a serem trabalhadas em cada totalidade, bem como conteúdos e objetivos a serem conquistados.

2.5.2 Regimento escolar e Projeto político-pedagógico da Escola Estadual de Ensino Médio São José

A filosofia que a Escola Estadual de Ensino Médio São José propõe é formar um cidadão comprometido com a promoção humana, com a preservação da natureza e na interação com o meio e com o outro, mediados pelo diálogo. Além de oportunizar a formação, a inclusão e a promoção do aluno, através de uma educação humanizadora e participativa, incentivando o comprometido com a transformação social e construtor de sua história.

Segundo o Projeto político-pedagógico, a Educação de Jovens e Adultos tem por objetivos: garantir acesso, permanência e aprendizagem a Jovens e Adultos, que não o tiveram na idade própria, assegurando oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características de cada educando, seus interesses, condições de vida e trabalho, nos termos da legislação vigente; garantir a Jovens e Adultos educando a complementação do processo de alfabetização (Totalidades 1, 2, 3, 4, 5 e 6) do Ensino Fundamental e, Totalidades 7, 8 e 9 correspondendo ao Ensino Médio, com formação geral nas diferentes áreas, visando a construção do conhecimento numa perspectiva de exercício da cidadania; a escola proporciona

Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental e Médio, turno noturno e; a escola concede matrículas conforme disponibilidade de espaço físico, recursos pedagógicos e professor capacitado.

A escola oferece garantia de acesso aos alunos maiores de 15 anos na Educação de Jovens e Adultos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio. O educando ingressa na EJA através do ato de matrícula, em qualquer época do ano letivo, apresentando a documentação pessoal. Para esse ingresso, será exigido o Histórico Escolar e o educando será classificado através de avaliação diagnóstica, entrevistas e análises feitas pela direção, coordenação pedagógica, educadores e educandos, onde se busca perceber suas possibilidades de avançar no conjunto das áreas do saber e encaminhado para a Totalidade correspondente ao seu nível de conhecimento.

A Educação de Jovens e Adultos se apresenta como flexível quanto ao ingresso, reingresso e permanência na Escola, de forma a garantir a Educação como direito de todos e um dever do Estado.

A metodologia de trabalho indicada pelo regimento escolar para ser utilizada nesta modalidade se apóia na pesquisa participante e em temas geradores, promovendo assim, a integração de conhecimentos, questionamentos, problematização e interdisciplinaridade para uma atitude engajada com o comprometimento de todos. Além de levar em conta o que o aluno já conhece, a metodologia deve servir para sistematizar esses conhecimentos, ampliá-los, reelaborando-os através de experiências, pesquisas, discussões, observações da vida social e registros das falas e produções. Desenvolvendo um trabalho com aprendizagem significativa, aprimorando a formação da pessoa do educando e educador.

A avaliação é considerada parte integrante do processo de ensino e aprendizagem e acompanha a evolução e transformação dos conceitos construídos por todos no processo de aprender. A avaliação é permanente e emancipatória, de forma que os alunos avançam para a Totalidade seguinte, em qualquer momento do ano, a partir da análise da produção dos educandos, realizada pelos professores e alunos envolvidos, de acordo com o seu progresso de aprendizagem respeitado seu ritmo pessoal.

A expressão dos resultados dá-se através de parecer descritivo, construído em conjunto pela equipe de trabalho, considerando, também, a autoavaliação do

aluno, ao longo de toda a totalidade. As categorias de avaliação utilizadas são: Avanço, Permanência, Afastamento / Cancelamento.

Dentre as Etapas de Ensino, a EJA Ensino Fundamental tem uma duração de 3.200 horas e o Ensino Médio 2.400 horas, onde 80% das aulas são presenciais e 20% do tempo se dá através de atividades a distância. Faz-se distinção entre o tempo da escola e o tempo do educando, sendo possível avanços progressivos em tempos maiores ou menos em relação ao tempo da escola.

Cada disciplina contém um plano de estudo, com objetivos propostos para cada série, do Ensino Fundamental e também do Ensino Médio.

A educação de Jovens e Adultos tem plano de estudos próprios, o qual apresenta o que pretende com o trabalho a ser realizado nas diferentes totalidades e áreas do conhecimento.

A participação do coletivo da escola na elaboração do Projeto Político-pedagógico é fundamental, e cada um tem seu papel para o cumprimento do que é proposto. As atribuições dos educadores da EJA, por exemplo:

Papel dos educadores no Ensino Fundamental e Médio, como na Educação de Jovens e Adultos é a de mediar. Conforme o PPP da escola, cabe aos educadores propor aos educando o estudo da realidade, a reflexão e a intervenção, sobre a mesma num processo constante de problematização, enfatizando ou buscando a construção coletiva do conhecimento (PPP, 2006, s/p).

Além disso, propõe a participação dos educadores na elaboração e aperfeiçoamento constante do Projeto político-pedagógico da escola, na construção, execução e avaliação de projetos, envolvendo-se nas reuniões pedagógicas, bem como na formação continuada, além de encontros semanais, objetivando a formação permanente e o planejamento coletivo.

Também é de responsabilidade dos educandos participar da escola como sujeitos no processo de construção do conhecimento e resignificação de conceitos previamente adquiridos, além das atividades e planejamentos organizados pela escola.

3 METODOLOGIA

O presente estudo tem como referenciais a Pesquisa Bibliográfica e documental, com o objetivo de refletir o processo pedagógico do educador que atua na Educação de Jovens e Adultos, analisando o histórico da modalidade, a legislação vigente, assim como o pensamento dos autores que conceituam a temática.

Segundo Lakatos e Marconi (1987, p.15), "a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento técnico ou científico, e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais". É mais do que procurar a verdade, mas descobrir respostas para perguntas ou soluções para os problemas levantados, por meio do emprego de métodos científicos.

Segundo Lakatos e Marconi (1987, p. 66), a pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado.

Nesse sentido, foram analisadas diversas obras bibliográficas, entre eles, livros, revistas, periódicos, publicações, artigos, entre outros.

O objetivo da pesquisa documental é recolher, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado fato, assunto ou idéia. Segundo Lakatos e Marconi (1996, p.57), tais informações são provenientes de órgãos que as realizaram e englobam todos os materiais escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica. Incluem-se aqui como fontes documentais neste trabalho: O Projeto Político Pedagógico, os Regimentos Escolares e os Planos de Estudos da Modalidade de Educação de Jovens e Adultos das escolas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos é a garantia do direito do cidadão ao acesso e permanência na escola, bem como, a construção do conhecimento científico e o fortalecimento da dignidade humana no exercício da cidadania, tendo a educação como um espaço democrático e participativo.

A EJA constitui-se um amplo campo de pesquisa e requer investimentos, principalmente, para que superemos efetivamente o seu caráter compensatório ou suplementar, como vimos no decorrer do seu processo histórico. Durante esse processo, especialmente no Brasil, a Educação de Jovens e Adultos foi progressivamente conquistando seu espaço, tanto em relação à legislação quando às políticas públicas e discussões acerca da temática.

É necessário que esta modalidade de ensino incorpore a identidade prevista na legislação e defendida por pesquisadores e educadores. A importância de se investir na educação de jovens e adultos no Brasil reside, primeiramente, no reconhecimento dessas pessoas como sujeitos de um direito universal que, em virtude de situações de desigualdades, lhe foi negado no passado e que ainda hoje, em alguns locais, seja de difícil acesso.

Na medida em que o povo tem acesso a educação exerce um direito que dá margem a conquista de outros direitos. Tem a possibilidade de construir um novo olhar sobre o mundo, especialmente considerando sua realidade, e reconstruindo as possibilidades de vida. Isto implica em admitir que esse direito só se efetivará universalmente, quando reconhecidas e acolhidas, as especificidades daqueles que estão a mercê desta realidade.

Nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos embasou-se, principalmente, no Método Paulo Freire. Esse pensamento foca a aprendizagem no desenvolvimento da capacidade crítica de compreender a sua realidade, elaborar conhecimentos e firmar sua identidade.

A realidade social construída é o objeto a ser conhecido pelos sujeitos e dependendo desta abordagem levam a transformação, tanto dos sujeitos como da sociedade. É nesse viés que a ação educativa deverá levar em consideração a

prática social como fonte do conhecimento, a teoria a serviço de e para uma ação transformadora desta prática social.

Nesse sentido, o papel do educador é fundamental para que os objetivos reais desta modalidade sejam atingidos, oferecendo uma educação de qualidade, respeitando os saberes previamente adquiridos, trabalhando embasados, inicialmente, na realidade local e em seguida abordando a sua totalidade, além de incentivar a participação social e a busca do pensar crítico e reflexivo e a construção coletiva da autonomia.

Portanto, a Proposta Político-pedagógica da Educação de Jovens e Adultos, parte da realidade concreta, com objetivo de despertar no educando a consciência crítica, criativa, responsável, participativa e democrática, buscando incentivar a interação social, o respeito às diferenças, a justiça e a dignidade humana.

Após realizar este breve estudo sobre a Educação de Jovens e Adultos, analisando seu processo histórico, suas práticas e reflexões, a pedagogia que rege esta modalidade e a legislação vigente, pode-se conhecer e analisar os Projetos Político-pedagógicos e os Regimentos Escolares que norteiam o funcionamento da EJA na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha e na Escola Estadual de Ensino Médio São José.

Apesar das suas especificidades quando ao ensino regular, as duas escolas mostraram através de seus PPPs ou Regimento que, em se tratando da modalidade EJA, apresentam propostas semelhantes. Ambas, orientam-se seguindo o método de Paulo Freire, que sugere o trabalho com o Tema Gerador, partindo da realidade do educando. Para um conhecimento maior desta realidade e das necessidades reais dos sujeitos, realizam a pesquisa participante, que envolve diretamente os educando, os educadores e a comunidade.

A partir da pesquisa, a equipe interdisciplinar, que compõe as áreas do conhecimento trabalhadas nas diversas totalidades, pondera sobre os interesses e necessidades sugeridas pela comunidade escolar e elabora os planos de estudos que nortearão os conhecimentos a serem construídos naquela totalidade.

Todo o conhecimento prévio é valorizado, desde a matrícula até o avanço para as totalidades seguintes. Dessa forma, a avaliação é considerada permanente, processual e emancipatória, respeitando o ritmo pessoal de cada um e garantindo e igualdade de condições para a construção de novos conhecimentos.

Existe um consenso que define que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade da sua educação. Nesse contexto, ainda temos muito a fazer, especialmente quando a Educação de Jovens e Adultos, que por mais progressos que tenha tido nos últimos anos, ainda precisa ser mais eficaz e atuante, para que efetivamente consolide o sonho de superação das desigualdades e busca pela dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Educação de Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. IN: SOARES, L. (ORG.) DIÁLOGOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. São Paulo: Autêntica, 2005.

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método de Paulo Freire**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 23 abr. 2009.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=293&Itemid=358>. Acesso em: 23 abr. 2009.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A juventude e a educação de jovens e adultos: Reflexões iniciais Novos Sujeitos. In SOARES, L. (ORG.). DIÁLOGOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. São Paulo: Autêntica, 2005.

DELORS, Jacques. (coord). **Educação um tesouro a descobrir**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, MEC: UNESCO, 1999.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. 19. ed. Campinas: Papyrus, 2006.

DI PIERRO, Maria Clara. **Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos**. Educação e Pesquisa. São Paulo: [s.n.], 2001.

_____. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: questões face às políticas públicas recentes.** Em aberto. Brasília, v.11, n.56, out/dez./1992.

_____. **Notas sobre a definição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil.** Educação e Sociedade. Campinas, número especial, v.26, out. 2005.

_____. JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil.** Caderno do CEDES. Campinas, n. 55, 2001.

Escola Estadual de Ensino Médio São José. **Projeto Político Pedagógico.** Constantina: EEEMSJ, 2007.

Escola Estadual de Ensino Médio São José. **Regimento Escolar.** Constantina: EEEMSJ, 2007.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Paulo. **A experiência do MOVA. SP/ Brasil.** Ministério da Educação e Desporto. Instituto Paulo Freire; Organização de Moacir Gadotti. São Paulo, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 15 ed. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **Educação como prática da liberdade.** 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Educação e Mudança.** 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa.** 29 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 33 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Política e educação**. 2 ed. (coleção questões de nossa época; v.23). São Paulo: Cortez, 1995.

FUCK, Irene Terezinha. **Alfabetização de Adultos. Relato de uma experiência construtivista**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: prática e proposta**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

GADOTTI, Moacir. **A Educação contra a Educação**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília: DF/UNESCO, 1996.

HADDAD, S. E DI PIERRO, M. C. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED, n. 14. 2000.

HADDAD, Sergio. **Estado e Educação de Adultos (1964 - 1985)**. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1991.

Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. Brasília: MEC. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em 12 abr. 2009.

JORGE, J. Simões. **A Ideologia de Paulo Freire**. São Paulo, Loyola, 1979.

KLEIMAN, Angela; SIGNORINI, Inês (Org.). **O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Ministério da Educação. **Parecer n. 11/00, de CNE/ CEB**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0041_2002.pdf>. Acesso em 13 abr. 2009.

Ministério da Educação. **Resolução n. 01 de 05 de julho de 2000 do CNE/CEB**. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0041_2002.pdf>. Acesso em 13 abr. 2009.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de Jovens e Adultos**: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: Edufal, 1999.

PAIVA, Jane. Que conteúdos: Dilemas na Educação de Jovens e Adultos. IN: PROGRAMA UM SALTO PARA O FUTURO. SÉRIE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Rio de Janeiro: Fundação Roquette Pinto. 16 de maio 1997.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1973.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. **Educação Escolar de Jovens e Adultos**. Campinas, S: Papyrus, 2000.

Programa nacional de inclusão de jovens/projovem. Unidade Formativa I. Manual do Educador. SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. Brasil. Presidência da República, Secretaria Geral, Brasília, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP. 1997.

SMEC. **Projeto Político Pedagógico**. Constantina: Secretaria Municipal de Constantina, 2007.

SMEC. **Regimento Escolar**. Constantina: Secretaria Municipal de Constantina, 2007.

SOARES. Magda Becker. **FEJA: Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: UNB, 2004.

SOUZA, João Francisco de. Educação Popular para o terceiro milênio-desafios e perspectivas. IN: COSTA, MARISA WORRABER (ORG.). EDUCAÇÃO POPULAR HOJE. São Paulo: Loyola, 2000.

V Conferência internacional sobre educação de adultos. UNESCO. HAMBURGO: 1997.

VÓVIO, Cláudia Lemos. **Viver, aprender: educação de Jovens e Adultos (Livro 1)** São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1998.